

O presente trabalho é um recorte do projeto de doutorado “Gênero, família e escola: a homomaternidade na sala de aula”, mais especificamente do estudo piloto realizado com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O mesmo projeto faz parte de um projeto guarda-chuva chamado “Vida de Mulher: intensificando a busca do conhecimento sobre as mulheres”. O estudo piloto realizado com os PCNs abordou as diretrizes sugeridas pelo governo para homogeneizar o ensino em todo o país. Dentre essas diretrizes foram levada em consideração as temáticas referentes à orientação sexual, pois o objetivo do trabalho era identificar se as escolas estão de fato abordando a temática da diversidade sexual. Sabe-se que o papel da escola não é somente transmitir conhecimentos acadêmicos, mas também auxiliar na construção de valores da criança. Assim, a criação de um currículo universal faz-se fundamental para que os aspectos psicossociais que não estão sendo trabalhados sejam incluídos na educação formal. Entre eles, está situada a temática da sexualidade, a qual é discutida pelos PCNs na seção de “orientação sexual”. Os documentos entendem orientação sexual como uma educação em relação à sexualidade, mas sem fazer referência a outro modo de direcionar o desejo sexual que não o heterossexual. A importância dessa discussão se faz presente no fato de que mesmo que existam essas diretrizes, elas não são fiscalizadas, e muitos profissionais ainda não estão preparados para lidar com algumas situações, estando alunos/as ainda sujeitos a prisões existenciais frente ao preconceito. O estudo seguiu um delineamento qualitativo, de caráter descritivo e exploratório. Foi feita uma análise documental dos PCNs do Ensino Fundamental, onde a sexualidade é discutida na sessão chamada “temas transversais”. Esses documentos foram acessados através do site do governo federal. Além disso, foi feita análise de discurso associada à ótica das teorias feministas dos estudos de gênero. Quando construído, em 1998, o tema em voga era AIDS, o que refletiu nos currículos brasileiros, dando uma visão de saúde-doença à sexualidade. Nos PCNs da 1ª à 4ª série, tudo que é orientado sobre esse assunto é referente a questões como gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, demonstrando uma forma de controle social através da prevenção e não um auxílio ao desenvolvimento biopsicossocial. Além disso, o texto fala sobre o incentivo em diversas expressões de feminino e masculino, e mesmo não se referindo a diversidade sexual especificamente isso pode incluir uma outra possibilidade de desejo sexual que não a heterossexual. Já nos PCNs da 5ª à 8ª série, há menção a homossexualidade. O governo também demonstra preocupação com o não preconceito, trazendo teorias feministas de gênero para embasar seus argumentos, o que se faz um tanto ambíguo em relação ao receio de tratar de diversidade sexual. Além disso, no seguinte trecho pode-se notar o uso dos sufixos que denotam doença em documentos federais, o que mantêm a heterossexualidade como compulsória: “*Questões como mães de aluguel, hermafroditismo, transexualismo, novas tecnologias reprodutivas*”. Essas narrativas podem sinalizar que a sexualidade ainda é tratada como tabu em documentos federais e conseqüentemente nas escolas.